

Jornal

Reparação

Jan. 2022

Nº 05

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
AS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

foto: Marcio Martins/Nacab

25 de janeiro de 2022

3 anos do rompimento em Brumadinho

A dor, os anseios e as histórias de quem espera por reparação



SIRLENE
Comunidade dos Rosa (Florestal)



LUIZINHO
Padre João (Esmeraldas)



MARILDA
(Paraopeba)



PERNIL
Shopping da Minhoca (Caetanópolis)



LUCIENE
Riacho (Esmeraldas)



TATIANE
Peixe Bravo (Fortuna de Minas)

Editorial

Em 25 de janeiro de 2022 completam-se três anos do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. São 1.096 dias desde que 14 milhões de toneladas de rejeitos de minério de ferro foram despejadas sobre trabalhadores da mineradora e alcançaram diversas comunidades e territórios ao longo de 26 municípios no curso da bacia do Paraopeba. O fato causa sofrimento a milhares de famílias e danos ambientais incalculáveis a todo um ecossistema.

A data é período de dor e indignação diante da impunidade – no final do ano passado, o Superior Tribunal determinou a alteração de competência do processo criminal, o qual deixou de tramitar perante a Justiça Estadual de Minas Gerais e foi então deslocado para a Justiça Federal (TRF1). E é também um período de luta. Uma luta que envolve toda a bacia e extrapola os limites das comunidades atingidas, somando-se a um movimento contra a barbárie que é o atual modelo de mineração adotado no país.

Além de participar da organização de atividades que marcam a memória do ocorrido, o Nacab busca contribuir para que as consequências deste desastre-crime não sejam esquecidas. Inevitavelmente, 25 de janeiro continua manchado pela lama, mas é marcado pela luta por reparação e jamais será esquecido!

Esta edição traz algumas histórias de pessoas que tinham os modos de vida e o sustento ligados ao rio e que nos últimos anos lutam pela sobrevivência junto às suas famílias. Devido à contaminação das águas e do solo por rejeitos, dependem de ações emergenciais para ter direitos básicos como acesso à água, renda, lazer, entre outros, severamente comprometidos.

A edição também informa sobre o processo e ações que vêm sendo realizadas para reparação do crime; as implementações do acordo judicial firmado no último ano e nossa atuação como Assessoria Técnica Independente da Região 3. Confira nas páginas a seguir. Boa leitura!

Vozes atingidas

O rio

Por *Silvéria Baeça*, atingida da comissão de Vista Alegre (Esmeraldas)

Quando penso no rio, meu coração sente um frio.

Minha alma tristonha sente arrepio.

A fauna, a flora...

A vida todinha está por um fio.

O rio está sombrio.

A Vale, que não tem brio, tirou a vida do ribeirinho do trilho.



foto: Marcos Oliveira/Nacab

Curta | **AS REDES**
Compartilhe | **SOCIAIS**
Fortaleça | **DO NACAB**

Insta e Face

  @nacabmg

Site
nacab.org.br

Chip Dúvidas

 **31 99596-9065**



Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
AS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

Rua Santo Antônio, 30, Apto. 2
João Braz - Viçosa, MG
E-mail: contato@nacab.org.br
Telefone: (31) 3885 1794

Coordenador Geral: Flávio Bastos

Coordenação Geral:
Alexandre Chumbinho, Flávio Bastos,
Irla Paula Stopa, Luciano Marcos da
Silva, Marília Andrade Fontes e Marluce
de Souza Abduane

Assessor de Comunicação:
Leonardo Dupin

Assessora de Matriz de Danos:
Francine Pinheiro

*Assessor de Povos e Comunidades
Tradicionais:* Cláudio Rodrigues

Gerente Geral: Marília Andrade Fontes

Gerente Administrativo Financeira:
Marluce de Souza Abduane

Gerente de Participação e Engajamento:
Ângela Rosane de Oliveira

Gerente Socioambiental: Irla Paula Stopa

Gerente Jurídico: Alexandre Chumbinho

Gerente de Qualidade da Água e

Avaliação de Riscos à Saúde:

Lauro Fráguas

*Gerente de Desenvolvimento Territorial
e Agroecologia:* Luciano Marcos da Silva

Jornal Reparação

ISSN 2764-1996

Editores: Bárbara Ferreira, Brígida Alvim,
Leonardo Dupin e Raul Gondim

Textos: Bárbara Ferreira, Marcio Martins,
Marcos Oliveira e Raíssa Lopes

Projeto Gráfico e ilustrações:
Fabiano Azevedo

Designers: Christiane Souza
e Fernando Oelze

**Assessoria Técnica Independente
Paraopeba - Escritórios**

Belo Horizonte: R. Bueno Brandão 351,
Santa Tereza

Paraopeba: Av. Dom Cirilo, 609, Canaã

Pará de Minas: Avenida Minas Gerais 413,
bairro São José

Esmeraldas: Rua Senador Melo Viana,
158, 2º andar, Centro

O Nacab e o processo de reparação na bacia do Paraopeba

Por Flávio Bastos, coordenador geral da ATI Paraopeba Nacab

Dia 25 de janeiro marca mais um ano do crime da Vale na bacia do Paraopeba. Já são três anos de vidas perdidas, de água e solo contaminados, de atividades econômicas afetadas, sonhos arruinados e adoecimentos. Para agravar, nos meses de chuva as comunidades sofrem com as cheias do rio Paraopeba, ficando ainda mais expostas à contaminação e outras vulnerabilidades.

A ATI Nacab tem acompanhado de perto e prestado apoio, contando com a solidariedade de nossa equipe e da sociedade, por meio da campanha de arrecadação de recursos e entrega de doações, buscando suprir a falta de água potável, alimentos, roupas, entre outras necessidades.

Desde 2020, o Nacab realiza pesquisas na Região 3 sobre as cheias do rio Paraopeba no pós-crime. Com elas e outros estudos, a ATI tem identificado danos do crime que assolou a bacia; apontado as falhas no cumprimento das medidas emergenciais; cobrando a efetivação dos direitos e a inclusão de vítimas até então não reconhecidas.

IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO

Em fevereiro faz um ano que foi firmado o acordo judicial, entre Vale e Governo de Minas, Ministério Público (estadual e federal)



Nacab trabalha com participação dos atingidos para criar plano de trabalho para 2022

e Defensoria Pública, para a reparação coletiva do crime. Desse então, fizemos dezenas de encontros e reuniões com representantes das 21 comissões da Região 3, para discutir a implementação desse acordo.

Para o Anexo 1.1, que prevê a reparação dos danos socioeconômicos, temos debatido propostas de gestão de um fundo e de projetos, com instâncias de decisão, de fiscalização e de transparência.

Para o anexo 1.2, que gerou o Programa de Transferência de Renda (PTR), levantamos os critérios junto às pessoas atingidas, evitando e corrigindo os problemas do extinto pagamento emergencial gerido pela Vale. Entre as principais conquistas, está a previsão de reanálise dos do-

Foto: Bárbara Ferreira/Nacab



Em 2021, o Nacab promoveu uma série de encontros com lideranças das comissões de toda a região

cumentos daqueles que tiveram o pagamento bloqueado e há o indicativo de inclusão de novas comunidades, como o Shopping da Minhoca e o Quilombo da Pontinha. Para o anexo 1.3, de fortalecimento de políticas públicas nos municípios atingidos, o ano culminou em uma consulta pública, em que munícipes puderam indicar temas e subtemas a serem priorizados. Nossa equipe organizou 35 pontos de apoio, para orientar e auxiliar a participação das pessoas atingidas.

Neste ano de 2022, para apoiar a busca pelos direitos individuais das pessoas atingidas, apresentaremos uma primeira versão da Matriz de Danos

Neste ano de 2022, para apoiar a busca pelos direitos individuais das pessoas atingidas, apresentaremos uma primeira versão da **Matriz de Danos**. O documento, que tem sido construído pelas ATIs junto às comunidades, listará os danos sofridos e auxiliará a justiça a calcular os valores que cada pessoa atingida poderá receber ao final da ação coletiva.

Seguimos juntos até a reparação integral!

“Essa terra é a gente”

Por Bárbara
Ferreira

Mesmo com o rejeito da Vale contaminando o solo, famílias quilombolas permanecem na terra e mantêm suas tradições

Chegar até a casa da produtora rural Sirlene Aparecida, de 55 anos, é como entrar em um portal para um outro tempo. Após percorrer um trecho de estrada de chão em Ribeirão do Ouro, no município de Florestal, há uma porteira que dá entrada para a terra de sua família - a Comunidade dos Rosa. Já em seu terreno, há uma passagem cercada de folhagens, onde ainda preservam o casebre antigo onde moraram também seus pais e irmãos. Aos fundos, é pos-

sível ouvir o ribeirão que banha a região. A tradição é a marca dessa família que sobrevive da agricultura e criação de animais nas proximidades da bacia do rio Paraopeba.

No segundo semestre do ano passado, a empresa Confluência, em parceria com o Nacab, realizou uma pesquisa com comunidades tradicionais em toda a região 3. Sirlene conta que chegaram a uma estimativa de que a sua família está nessa mesma terra há cerca de 136 anos. Remanescentes de quilombolas, eles foram uma das comunidades identificadas na pesquisa, que também trabalhou com pescadores e pescadoras artesanais, benzedeiros, raizeiros, ciganos, membros de guarda de reinado e folia de reis e pessoas que vivem da produção e venda de minhocas.

A família de Sirlene, que chegou em Ribeirão do Ouro com o seu avô, sempre trabalhou na terra, primeiro para fazendeiros da região e, aos poucos, conseguiu comprar uma pequena propriedade no local. Antes de morrer, o

patriarca dividiu a terra entre os filhos que iam se casando e formando suas casas no local. Uma delas foi a mãe de Sirlene, que teve 11 filhas mulheres e mais uma adotiva e ao se casar construiu uma pequena casa na comunidade para criar a família.

“As minhas irmãs mais velhas todas nasceram ali, mas o meu pai adoeceu e não conseguia mais plantar. Como a família vivia do plantio e da terra, tivemos que ir para Pará de Minas. Mesmo assim, a família manteve a propriedade e iam e voltavam quando era possível”, conta a produtora rural. Há cerca de 30 anos, já casada e com filhos, a própria Sirlene decidiu, atendendo um pedido da mãe e uma questão de saúde em sua família, voltar para a roça e viver da terra.

A família de Sirlene está na mesma terra há cerca de 136 anos. São remanescentes de quilombolas.

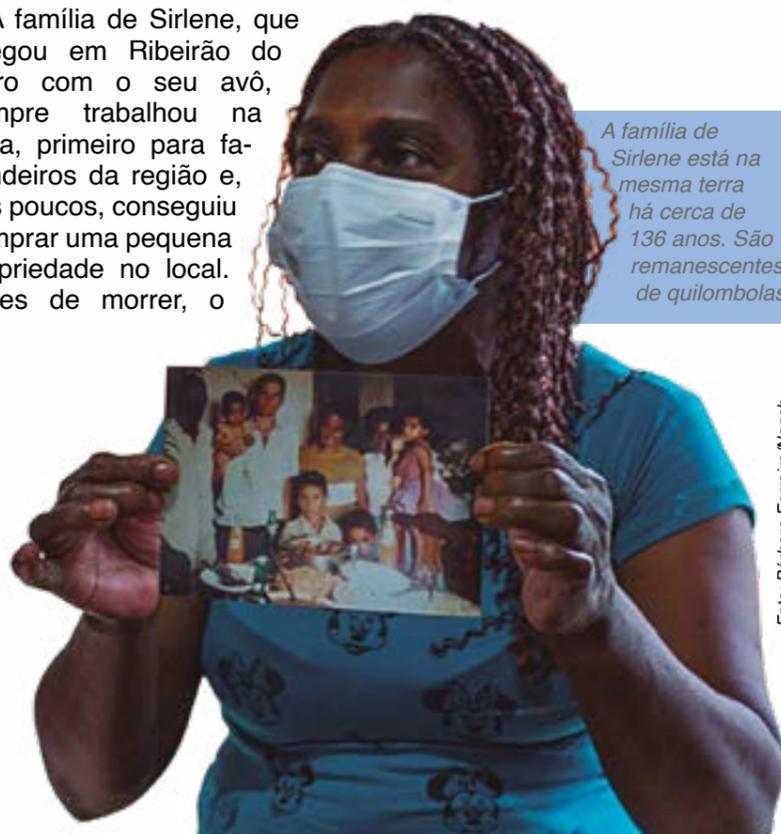
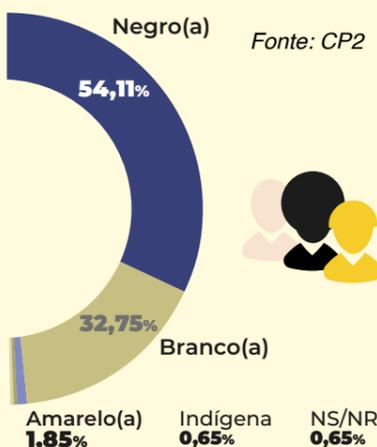


Foto: Bárbara Ferreira/Nacab

■ O PERFIL DA REGIÃO 3

Uma pesquisa realizada pelo Nacab em parceria com a empresa CP2, em todos os 10 municípios da Região 3, indicou que mais de 54% das pessoas entrevistadas eram negras (veja abaixo). Além disso, 43,7% das pessoas atingidas ali são mulheres, de acordo com a pesquisa. Os danos às mulheres, suas rotinas, trabalho e vida familiar estão sendo calculados a partir de uma outra pesquisa, dessa vez realizada em parceria com a consultoria Saberes Populares.



Sirlene conta que chorou ao ver seu pé de laranjas carregado de frutos secar

Foto: Bárbara Ferreira/Nacab

Resistência

No retorno à zona rural havia apenas um pequeno casebre antigo onde se instalaram. A opção do casal era retornar à roça e viver do que a terra dava, plantando e produzindo. As frutas eram muitas no quintal, com destaque para os pés de laranja e mexericas. A vida ali passou a ser toda em torno da roça e o que plantava era colhido, vendido e alimentava. A venda de conservas de pimenta também trazia renda para a família, junto com uma pequena produção de animais e uma horta.

O lazer, como indica seu depoimento, era todo no ribeirão do Ouro, que deságua no Paraopeba, onde pescavam, nadavam e retiravam água para o preparo de alimentos no dia a dia. A pesca foi o que manteve, em muitos momentos, a estabilidade do marido de Sirlene. E há três anos tudo isso não existe mais. Essa é a realidade que foi completamente alterada no dia 25 de janeiro de 2019, com o rompimento da barragem do Córrego do Feijão e o rejeito que desceu pelo rio Paraopeba.

Em dezembro do ano passado, uma pesquisa com as mulheres atingidas foi realizada em toda a Região 3, em

uma parceria entre o Nacab e a consultoria Saberes Populares. Sirlene participou de atividades da pesquisa e lembra de uma das perguntas feitas a ela: “Me perguntaram se eu fosse avaliar a nossa terra quanto ela valeria. Nem pensei antes de responder, pois não há preço. Essa terra é um pedaço que ficou para a gente. Essa terra é a gente”.

■ Em novembro de 2020, foram coletadas 169 amostras de solo para análise na Região 3. O estudo do Nacab foi realizado em parceria com a empresa Tommasi Ambiental e os resultados foram entregues para as pessoas atingidas em 2021. Há apontamentos fortes de que o rejeito depositado no rio Paraopeba e conduzido pelas cheias tenha causado alterações significativas no solo da região.

A proposta da pesquisa era calcular os danos que atingem as mulheres, mas para a Comunidade dos Rosa, não há um quantitativo que seja suficiente para o que foi perdido, ou o que para Sirlene foi suspenso. “Só nós sabemos o que os meus avós e meus pais sofreram por essa terra. As vezes meu avô não tinha o que dar para os filhos. Eles comiam o que plantavam na terra. E isso traz para a gente um amor muito grande”, relembra a moradora de Ribeirão do Ouro.

Talvez o maior símbolo do sentimento de tristeza de Sirlene seja um de seus pés de laranja, que dava frutas com fartura, algumas maiores que a própria mão. Ela conta que foi vendo ele murchando, e que ao olhar a árvore, chorava. “Eu vi que ele não ia aguentar. Ele secou cheio de laranjas. Mas seguimos tendo esperança de que ainda veremos plantas bonitas na nossa terra”, relata.

Sonhos e projetos de vida arruinados

Por Marcio Martins

Trabalhadores afetados com a contaminação do rio enfrentam dificuldade de retomada econômica

Estar com a família em lugar tranquilo e próximo a um rio é conquista de grande orgulho para Luciene Martins de Almeida e seu marido Fernando Alves Gonçalves. Eles vivem com seus quatro filhos na comunidade de Riacho, em Esmeraldas, a poucos metros do rio Paraopeba. Para eles, viver perto da água é privilégio e, com muito esforço, conseguiram comprar um terreno e construir uma casa na beira do rio Paraopeba.

Manter o sonho passou a ser mais difícil depois de 25 de janeiro de 2019, já que os dois trabalham como prestadores de serviço em casas e sítios da região, e com a contaminação do rio o movimento e as demandas quase desapareceram. “Antes eu trabalhava em três sítios, mas depois que a barragem rompeu os sítiantes quase não vêm mais. Acaba que eu faço uma faxina só na semana”, conta a diarista.

Eles passaram a receber o Pagamento

Emergencial da Vale, que com o passar do tempo foi tendo os valores reduzidos, não suprindo a renda mensal que antes conquistavam. “Eu recebia em torno de R\$ 1.500 por mês com meu trabalho. Quando começou o emergencial, no valor de um salário, ainda era melhor, mas hoje recebo meio salário-mínimo”, exemplifica Luciene.

Em sua família, nem todos recebem o recurso. Jardel, um dos filhos, ainda não conseguiu ter acesso ao auxílio, o que é um descumprimento pela Vale da decisão judicial que prevê o direito para todos os residentes. Mesmo tendo sido apresentados os mesmos documentos de comprovação dos pais e das irmãs, a mineradora condenada recusou pagamento a Jardel. A esperança da família é de que com a gestão do auxílio sendo feita pela FGV, e não mais pela Vale, esse problema possa ser resolvido.

■ AUXÍLIO FINANCEIRO

O Pagamento Emergencial foi estabelecido pela decisão judicial de 19 de fevereiro de 2019, pelo então Juiz da 2ª Vara de Fazenda e Aquirias da Comarca de Belo Horizonte, Elton Pupo, que julgava o caso à época. A decisão obrigou a Vale a pagar uma quantia para que as famílias que residem em até 1 quilômetro da margem do rio possam sobreviver enquanto não são indenizadas. Inicialmente, o valor foi de um salário-mínimo por residente adulto, meio salário por adolescente e um quarto de salário para cada criança. Com o passar do tempo, a empresa conseguiu a redução destes valores. Com o acordo de fevereiro de 2021, o auxílio financeiro emergencial foi extinto. Atualmente, está em curso a implementação do Programa de Transferência de Renda (PTR), que é gerido pelo Fundação Getúlio Vargas a partir de novos critérios.

foto: Marcio Martins / Nacab



Travessia interrompida

Barqueiros perderam sua renda com o fim do turismo no Paraopeba

Por Marcio Martins

Luiz Gonzaga é um homem de 62 anos que parece ter sido moldado para viver no mato e sempre rodeado de água. Seu semblante se completa com o cenário ao redor e foi há 18 anos que decidiu que iria trocar a cidade pela calmaria da comunidade de Padre João, em Esmeraldas. Barqueiro desde então e conhecido como Luizinho, com o rompimento da barragem da Vale, ele perdeu a sua principal fonte de renda e o estilo de vida que escolheu para si.

“Isso aqui virou uma tristeza. Eu dependia do rio pra viver. Aqui era um ponto turístico e eu atravessava as pessoas para a outra margem. Levava para dar passeios de barco e para os pontos de pesca. Na época de

calor eu atravessava umas 20 pessoas por dia. Agora eu posso contar nos dedos as vezes que atravessei alguém depois do rompimento da barragem”, lembra com tristeza.

A escolha por viver em Padre João foi para ter uma vida mais tranquila, plantar milho e feijão para consumo próprio e por já não conseguir fazer serviços pesados para se manter. Junto ao rio, Luizinho encontrou a vida que queria, mas não sabe se será possível tê-la novamente. “O que eu queria mesmo era ver o Paraopeba recuperado. Antes eu me encontrava com meus amigos aqui, mas hoje ninguém mais aparece. Acabou tudo! O nosso divertimento agora é só o bar”, desabafa.

■ PARTICIPAÇÃO

São muitas as pessoas atingidas que ainda convivem com prejuízos diversos, como perda de trabalho e renda, insegurança alimentar, abalos psíquicos, dentre outros. Uma forma de organização e fortalecimento tem sido as comissões de atingidos formadas nas localidades afetadas em toda a região 3, que contam com o apoio da Assessoria Técnica Independente do Nacab.

Participar das atividades das comissões possibilita acesso às informações e as aproxima do processo de reparação. Se você é atingida(o) e ainda não está participando, entre em contato com o Chip Dúvidas do Nacab: (31) 9596-9065

Uma pesquisa realizada pelo Nacab, em parceria com a empresa CP2, calculou as porcentagens da perda de renda por atividade econômica, ocasionadas pelo rompimento. Aqueles que dependiam da pesca, como Luizinho, perderam toda sua renda. Os prestadores de serviço, como Luciene e Fernando, perderam 86% da renda.

	Perdas
Pecuária corte	-30%
Pecuária leite	-30%
Agroindústria familiar	-70%
Comércio	-78%
Prestadores de serviços	-86%
Diaristas e assalariados	-45,34%
Artesãos	-94%
Apicultura	-79,38%
Pesca	-100%
Turismo	-93,43%

Fonte: Estudo de danos às atividades econômicas da Região 3, realizado pelo Nacab, 2021.



foto: Marcio Martins

Esperança no limite

Por Marcos Oliveira

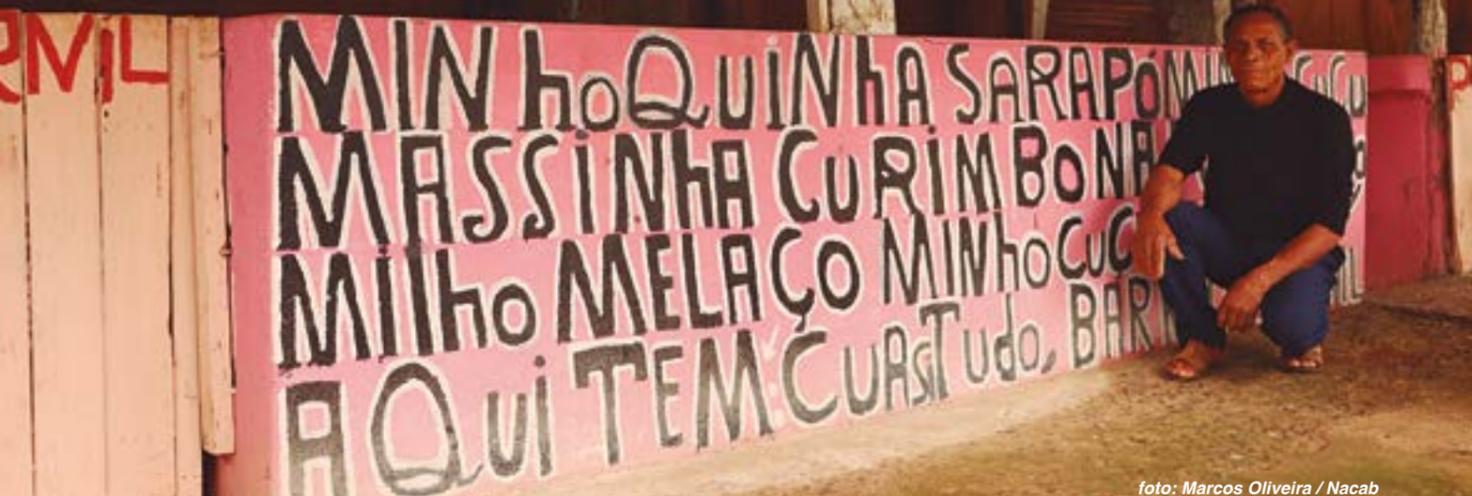


foto: Marcos Oliveira / Nacab

Trabalhadores do Shopping da Minhoca aguardam receber direitos retroativos

Na década de 1970, Juvenil Pereira de Carvalho chegou para trabalhar no Shopping da Minhoca, um conjunto de barracas que comercializa iscas vivas e artigos para pesca à margem da BR-040, entre Sete Lagoas e Caetanópolis. Nessa época, ele já era conhecido como “Pernil”, apelido dos tempos de colégio e como é chamado ainda hoje, aos 67 anos.

Natural de Conceição de Serro, na Serra do Cipó, Pernil já foi pedreiro, mas foi o desejo de não ter chefe e controlar a própria renda que o fez abrir sua barraca no Shopping da Minhoca. Um dos mais tradicionais “barraqueiros” do local, hoje ele comercializa minhoquinha, sarapó (um peque-

no peixe de água doce utilizado como isca), melaço, queijo ralado, vara de pesca, molinete, anzol, rede, tarrafa, dentre outros itens. Porém, após quase 50 anos nessa ocupação, o rompimento da barragem da Vale provocou algo que Pernil nunca imaginou em seus piores pesadelos.

Por causa do rejeito que desceu e contaminou o rio Paraopeba, este foi fechado aos pescadores, agricultores e banhistas. “A gente vendia demais para o povo de Brumadinho, Córrego do Feijão, Juiz de Fora. Assim que teve o rompimento acabou, porque afetou a água do rio. Nosso mercado foi embora. Perdemos de 10 a 15 mil reais só de material de pesca que foi molhando, mofando. Perdemos tudo, pois não tinha para quem vender”, relembra o comerciante.

O critério de residir até um quilômetro de distância da margem do Paraopeba para ter acesso ao auxílio financeiro foi determinado

pela justiça em 2019. Por causa dele, diversas comunidades e grupos de pessoas atingidas ficaram de fora. O Shopping da Minhoca foi um deles, o que tornou a situação econômica ainda mais grave. Apesar de estarem a 15 km do leito do rio, a vida dos que trabalham no local foi drasticamente afetada.

Com o fim do pagamento emergencial e a implementação do Programa de Transferência de Renda (PTR), há o indicativo de que a população do Shopping da Minhoca terá direito a receber as parcelas retroativas. O auxílio faz muita falta para barraqueiras, barraqueiros e também para quem fornece especialmente iscas. “Não podemos comprar nada, pois não tem para quem vender. Se fizer uma dívida, não dá para pagar. Se o auxílio chegasse ia salvar muitas vidas aqui, porque muitos precisam, não têm renda. A conta não para de chegar e a barriga não espera”, reivindica Pernil.

■ VULNERABILIDADE

Estudos feitos pelo Nacab com a população do Shopping da Minhoca apontam que a proibição da pesca no Rio Paraopeba afetou diretamente a renda de aproxi-

madamente 200 famílias que sobreviviam exclusivamente da comercialização e da produção de iscas vivas e outros insumos de pesca. O não recebimento das ações emergenciais intensificou o cenário de vulnerabilidade social

que essas pessoas estão inseridas, aumentou os danos, acarretou mais conflitos sociais, cansaço, dano ao uso do tempo, a interrupção de projetos de vida e a perda de mais de 70% da renda.

Pesca tornou-se paixão proibida

Por Marcos Oliveira

A pesca no Paraopeba, principal atividade de lazer da região, está impedida há 3 anos

A auxiliar de serviços gerais, Marilda Camilo dos Santos, 51 anos, é moradora da Zona Rural de Paraopeba. Nascida no município, ela rodou por outros lugares, mas sempre voltou, pois é ali onde gosta de viver. Em 2019, ela teve sua vida afetada pelo desastre-crime da Vale, perdendo sua principal atividade de lazer: a pesca na beira do rio Paraopeba. Um dano que afeta seu cotidiano.

Apaixonada pela pesca, ela tinha o hábito de ir com o marido todo domingo de manhã para a beira do rio, onde curtia o dia pescando pacu, piau e outros peixes que eram abundantes na bacia. Porém, esses momentos ficaram para trás com o rompimento da barragem e o fechamento do rio.

Marilda sonha com a recuperação do rio Paraopeba e com melhorias nas comunidades atingidas. Por isso, ela tem participado de diversas iniciativas do processo de reparação coletiva. Uma dessas atividades

foi a Consulta Popular, realizada em outubro e novembro de 2021, referente ao chamado anexo 1.3 do acordo assinado em fevereiro do mesmo ano, entre o Governo de Minas Gerais e a Vale.

Uma parcela dos recursos do acordo será destinada a projetos e ações relacionados à vida cotidiana das pessoas atingidas. Uma dessas ações, que está no anexo 1.3 do documento,

■ CONSULTA POPULAR

No total, mais de 10 mil pessoas participaram da Consulta Popular do anexo 1.3 nos 26 municípios atingidos. A ATI Paraopeba Nacab contribuiu com mais de 35 pontos de apoio nos 10 municípios da Região 3, que contou com a participação de 2.576 pessoas da Região 3 do Paraopeba, quase 25% do número total de votantes.

trata do fortalecimento de políticas públicas nos municípios atingidos, em diversas áreas, como educação, geração de renda e retomada econômica, infraestrutura, saúde e assistência social. Eles serão executados pela Vale, seguindo uma ordem de prioridade de temas e subtemas indicada através da consulta popular.

Mesmo estando pouco otimista, pois sente que o poder público não olha para a comunidade, Marilda escolheu temas, subtemas e projetos de políticas públicas que considera prioritárias para a Zona Rural e o município de Paraopeba. Ela acredita que a iniciativa pode trazer benefícios e deseja para a zona rural onde vive: melhorias nas escolas, a abertura de um posto de saúde, instalação de antena para internet, reforma nas estradas e a criação de uma área de lazer. “Vai ser de grande benefício. Votei no que achei certo”, afirma.

Marilda teve sua vida afetada pelo desastre-crime da Vale, perdendo sua principal atividade de lazer: a pesca na beira do rio Paraopeba.



foto: Marcos Oliveira / Nacab

Lutando por direitos básicos

Por Bárbara Ferreira

Acesso a água, alimento e condições de produzir são alguns dos desafios de pessoas atingidas que decidem empreender



foto: Arquivo pessoal

Empreender na área da avicultura e ter propriedade próxima a um rio eram o sonho de Tatiane da Silva Amaral, de 34 anos. O sonho se tornou realidade há sete anos, quando ela e o marido se mudaram para a comunidade de **Peixe Bravo**, às margens do rio Paraopeba, no município de Fortuna de Minas. Ali, deram início à granja e uma pequena produção de gado. A proximidade da água abundante foi decisiva para se instalarem na região, depois de muita pesquisa. “Nossa casa foi a última a ser construída. Não achávamos que iríamos morar aqui, mas durante o processo foram muitos bons momentos. Termos construído é sim um sonho, apesar de tudo”, conta a produtora rural.

Mulher decidida, consciente do que quer e da situação em que vive desde o rompimento da barragem, ela segue tocando os negócios em sua propriedade e, ao mesmo tempo, luta para mobilizar vizinhos e cobrar da Vale o cumprimento das ações emergenciais. Ela e a família atendem ao critério de acesso, que é residir a menos de 1.000 metros do

rio Paraopeba, e embora tenham conseguido receber o pagamento emergencial, não têm as demandas, que amenizariam seus danos sofridos, atendidas.

O que é emergência tem sido sanado com custos da própria família, aumentando significativamente os danos econômicos ligados diretamente ao rompimento da barragem. “A silagem não con-

segui. No caso da água, a Vale chegou a instalar um filtro em minha casa, mas até o momento nada mais foi feito, ele sequer funciona. Hoje a gente compra ração, compra água para nosso consumo. O gado toma a que temos aqui e que vem de um poço artesiano, porque não temos condição de pagar água para os animais”, explica a avicultora.

■ AÇÕES EMERGENCIAIS

Logo após o rompimento, a Vale foi obrigada pela justiça a realizar ações emergenciais, como a distribuição de água para consumo humano, para uso doméstico e na agricultura, além de fornecer insumos para criação de animais, como silagem, sal e feno. O Nacab recebe até hoje, por meio do Chip Dúvidas (31 99596-9065), reclamações sobre atendimento da Vale às demandas emergenciais. De julho a dezembro de 2021 foram colhidas 4.486 demandas e 4.421 foram encaminhadas às Instituições de Justiça.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas após o desastre-crime, Tatiane segue com a sua produção de aves



foto: Bárbara Ferreira / Nacab

Tatiane é liderança da comunidade de Peixe Bravo, engajada no processo de reparação.

Contaminação e insegurança

Tatiane segue lutando para sobreviver da granja, mas a saúde das aves é uma constante preocupação. A produtora conta que realiza todo o tratamento indicado para a água, mas que alguns animais apresentam dermatites, doenças de pele e isso afeta diretamente a produção. “Ainda não posso provar, mas essas doenças se iniciaram logo após o desastre-crime”, afirma.

No ano passado ela optou por uma análise particular da água em sua propriedade, que é abastecida por um poço artesiano que está a aproximadamente 700 metros do rio Paraopeba. “Os resultados foram alarmantes

e confirmaram a suspeita de que há metais pesados e é imprópria para consumo”. Foi então cortado o consumo, há apenas cinco meses, depois de mais de dois anos utilizando uma água que é fonte de contaminação por materiais que se acumulam no organismo.

“Eu sempre tive medo da água, desde que soube que os rejeitos chegaram até o rio Paraopeba. Isso era um assunto constante em minha casa, mas estávamos esperando atitude dos responsáveis por essa tragédia. Cansei de esperar e decidi depois de receber uma equipe contratada pela Vale para instalar um filtro de água em nossa propriedade. Os

técnicos disseram da importância de instalar o equipamento por precaução, mas em momento algum nos alertaram sobre os riscos do consumo da água ou nos deram algum laudo. A partir daí, comecei a achar que havia algo errado e decidi analisar a minha água”, relata Tatiane.

Diante deste cenário, o medo, a ansiedade e algumas fragilidades acabam expostas. Viver na beirada do rio Paraopeba criando aves parecia algo certo, mas hoje, permanece em Tatiane uma vontade de ir embora e deixar tudo para trás. Como se isso fosse possível, afinal ela relata não conseguir nem mais vender sua terra devido à desvalorização gerada após o crime da Vale.

“São muitos problemas que temos enfrentado, muitas dúvidas sem esclarecimentos. Ficamos muito insatisfeitos. Sentimos coisas que não sabemos se tem relação com a contaminação, como algumas dores que meu marido passou a sentir nesse período. Estamos amedrontados”, desabafa Tatiane.

Ao ver o seu semblante forte e decidido, é difícil imaginá-la desistindo de lutar por seus direitos, de mobilizar pessoas e continuar a cobrar dos responsáveis. Mas, ao mesmo tempo, os danos psicossociais gerados por essa tragédia continuada se somam a todo instante, enquanto espera o processo de reparação.

■ QUALIDADE DA ÁGUA

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), que desde o rompimento da barragem em Brumadinho monitora a qualidade da água na extensão da bacia do Paraopeba, mantém a recomendação de não utilização da água do rio Paraopeba para nenhum tipo de uso. Amostras coletadas no segundo semestre de 2021 indicam a presença de ferro, alumínio e manganês acima do limite legal.

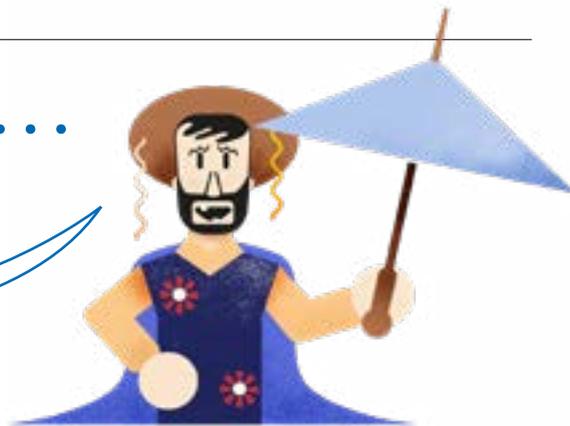


foto: Bárbara Ferreira / Nacab



Passando o tempo...

ENCONTRE PALAVRAS QUE FAZEM PARTE DO PROCESSO DE REPARAÇÃO NA BACIA DO RIO PARAÓPEBA!



PALAVRAS:

RIO PARAÓPEBA
BARRAGENS
MINÉRIO
DESASTRE-CRIME
ATINGIDOS POR BARRAGENS
CONTAMINAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA
NACAB
REPARAÇÃO
MEIO AMBIENTE
JUSTIÇA
DIREITOS HUMANOS
MATRIZ DE DANOS

F B H E T B W G C O N T A M I N A Ç Ã O T R W Q V G H I O
D S W Q X V J F H V F R T V C E B A R R A G E N S O G H U
S D D E R T G H Ç W M Q P F E Q F D E W G H J N M C X P Y
R A S S E S S O R I A T É C N I C A J I D U Z N C N H E S
I A S D Q M H V T U A E R E R X P D F G I H G H N L E O I
O D T G R A J Z R M M Q U I E T T Y O R R E H J S N K P E
P S Q W E T Ç Q F A H R E T V G B P Ç F E C E K X A L U H
A M I N É R I O G P N T P G T H Y N U J I D B R I C Ç F D
R E G W U I A F P W F N B T G I F T R A T L P E F A G P A
A I A Q H Z Q G A T O E B D H X B P T Ç O A R P G B F H X
O O R A J D S Q R C I T A Z T U G R T O S R A A H Q R P Z
P A G Z D E S A S T R E C R I M E I H X H G R R P L Y I B
E M H S N D F M O O N H X E T X B J Y Z U H S A R T G F D
B B U Z B A G I P J J R E D C F F G H C M U G Ç X C V B J
A I J D F N H C D Q K S V R Q X V J T U A J R Ã W C V M N
U E N F T O K X B D L Ç L K S J H G F D N N U O S A Q B L
I N I G H S L D A G H J K Ç O N B Y R U O I I G C S U K H
A T I N G I D O S P O R B A R R A G E N S F H D E W T V X
S E E I G N X B G H N M K U Q J U S T I Ç A L S W Q V G I

A voz das pessoas atingidas: assista a série produzida pelo Nacab

Por Raissa Lopes

Investindo em produções audiovisuais de alta qualidade, no último semestre o Nacab lançou a série “Vozes Atingidas - Relatos do Paraopeba”, que reúne depoimentos de pessoas atingidas pelo desastre-crime da Vale na Região 3 da bacia do rio Paraopeba.

Os quatro primeiros episódios, disponíveis no canal do YouTube, contam as histórias de Pedro Marques de Araújo e Hélia Baeça, de comunidades na cidade de Esmeraldas, Hudson Pereira Martins, da zona rural de Paraopeba, e Marilei Alves, barraqueira do Shopping da Minhoca, em Caetanópolis.

Cada um em seu contexto, os personagens compartilham a experiência de violência contínua provocada pelo rompimento



da barragem da mina Córrego do Feijão, que ocorreu em 25 janeiro de 2019, mas até hoje assombra a vida da população atingida com suas consequências econômicas, ambientais, sociais, na saúde física e mental, entre outras.

Em 2022 a série “Vozes Atingidas - Relatos do Paraopeba” continuará a todo vapor, com mais depoimentos, para que as pessoas atingidas possam falar sobre a realidade que enfrentam, suas saudades, dores, resistência e batalha incansável pela reparação justa e integral.

Aponte a câmera do celular no QR Code ao lado e acesse a série Vozes Atingidas!



Ou entre no canal do Nacab no Youtube:

youtube.com/c/NacabMG